

**DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO  
(PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm quatro alternativas de resposta (A, B, C, D) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

**3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2411259007M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

6º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Polícia Civil do estado de Minas Gerais  
PC MG

**MODELO/BANCA:**

FGV - Fundação Getúlio Vargas

**EDITAL:**

(Pós-Edital)

**DATA DE APLICAÇÃO:**

12/2024

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

11/2024

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

**PC MG – Polícia Civil do estado de Minas Gerais  
– 6º Simulado – Delegado de Polícia Substituto  
(Pós-Edital) – 2411259007M**

**Direito Administrativo**

**Rafael de Oliveira**

**1**

O direito administrativo pode ser definido como um ramo do direito que tem como natureza jurídica predominante o direito público. A alternativa que melhor define essa natureza e conceito é:

- (A) o direito administrativo é um conjunto de normas de direito privado aplicável exclusivamente às relações entre o Estado e os particulares, regulando as obrigações e contratos civis.
- (B) é o ramo do direito público que regula a organização e o funcionamento da administração pública, bem como as relações entre o Estado e os cidadãos, buscando sempre o interesse público.
- (C) o direito administrativo é uma área mista que une características do direito público e privado, pois tanto rege as atividades do Estado quanto as relações civis comuns entre particulares.
- (D) trata-se de um ramo exclusivamente judicial do direito, pois regula os limites de atuação do Poder Judiciário e das ações judiciais propostas contra a administração pública.
- (E) o direito administrativo é o conjunto de normas e princípios aplicáveis a todas as atividades econômicas no país, sejam elas de interesse público ou privado.

**2**

A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios aplicáveis à administração pública brasileira, conhecidos como princípios constitucionais do direito administrativo. Considerando esses princípios e as interpretações jurisprudenciais do STF e do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade estabelece que a administração pública só pode atuar quando autorizada pela lei, excetuando os casos em que a conveniência administrativa justifique a atuação fora dos parâmetros legais.
- (B) Segundo o princípio da moralidade, reconhecido pelo STF, a administração pública deve seguir apenas as regras jurídicas, desconsiderando critérios éticos que não estejam expressamente previstos na legislação.
- (C) O princípio da publicidade, como interpretado pelo STJ, obriga que todos os atos administrativos sejam amplamente divulgados, inclusive aqueles que contenham informações sigilosas de interesse público.
- (D) O princípio da eficiência, incorporado expressamente pela Constituição Federal com a Emenda Constitucional n. 19/1998, determina que a administração pública busque a melhor relação entre custo e benefício em suas atividades, buscando resultados com rapidez e economia, conforme a jurisprudência do STF.
- (E) O princípio da impessoalidade é interpretado pela jurisprudência como um princípio que permite a promoção de agentes públicos, desde que essa promoção beneficie o interesse coletivo e o agente possua mérito próprio.

**3**

O regime jurídico administrativo estabelece diretrizes específicas para a atuação da administração pública, diferenciando-se das normas aplicáveis às relações entre particulares. Considerando a doutrina e a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime jurídico administrativo baseia-se exclusivamente em princípios do direito privado, aplicando-se de forma idêntica à administração pública e aos particulares.
- (B) O princípio da supremacia do interesse público é fundamental no regime jurídico administrativo e, segundo o STJ, permite que a administração pública atue de forma unilateral em qualquer situação, independentemente das limitações legais.
- (C) O regime jurídico administrativo é caracterizado pela prevalência de regras de direito público, como o princípio da legalidade, que impõe à administração pública o dever de agir somente com base em autorização legal, conforme entendimento do STF.
- (D) O princípio da autotutela permite que a administração pública anule ou revogue qualquer ato administrativo, independentemente de sua legalidade, conforme entendimento consolidado do STJ.
- (E) O regime jurídico-administrativo confere à administração pública a prerrogativa de agir fora dos limites de transparência e publicidade, desde que o objetivo seja o interesse público, segundo a jurisprudência do STF.

**4**

A Lei estadual n. 5.406/1969, conhecida como Lei Orgânica da Polícia Civil do estado de Minas Gerais, estabelece normas fundamentais para o funcionamento da Polícia Civil e regula o regime disciplinar dos policiais civis. Com base nas disposições dessa lei, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Lei estadual n. 5.406/1969 determina que os policiais civis devem agir com lealdade e respeito às autoridades e à população, como parte de seus deveres funcionais.
- (B) Entre as penalidades previstas para os policiais civis que cometerem infrações disciplinares, a Lei n. 5.406/1969 inclui advertência, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) De acordo com a Lei n. 5.406/1969, o processo administrativo disciplinar deve garantir ao policial civil o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme as garantias constitucionais.
- (D) A Lei n. 5.406/1969 permite que, em casos de infrações leves, a penalidade seja aplicada de forma direta, sem necessidade de processo administrativo.
- (E) A lei prevê que o policial civil pode ser suspenso preventivamente, por um período determinado, durante o processo administrativo disciplinar, desde que justificada a medida para o andamento regular do processo.

**5**

A PCMG reger-se-á pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e deve ainda observar, na sua atuação, exceto:

- (A) a promoção dos direitos humanos.
- (B) a participação e interação comunitária.
- (C) a mediação de conflitos.
- (D) o uso contínuo da força.
- (E) o atendimento ao público com presteza, probidade, urbanidade, atenção, interesse, respeito, discricção, moderação e objetividade.

**6**

O poder de polícia administrativa é exercido pela administração pública para regular e restringir atividades em prol do interesse coletivo. Com base nos entendimentos do STJ e do STF, analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa correta.

- I – O poder de polícia administrativa permite que a administração pública limite o exercício de atividades privadas, visando proteger o interesse público, e isso pode ocorrer de forma preventiva ou repressiva.
- II – É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- III – Segundo a jurisprudência do STJ, o poder de polícia administrativa possui o atributo da autoexecutoriedade, que permite à administração executar diretamente medidas de polícia sem necessidade de autorização judicial.
- IV – O princípio da proporcionalidade poderá ser relativizado no exercício do poder de polícia, o que implica que a medida restritiva deve ser adequada, necessária e proporcional ao fim público desejado, conforme o entendimento do STF.
- V – De acordo com o STJ, a cobrança de taxas pelo exercício do poder de polícia independe da efetiva fiscalização e do serviço prestado, e não apenas da previsão normativa da taxa.

- (A) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas a afirmação I está correta.
- (C) Todas estão corretas.
- (D) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (E) Nenhuma está correta.

**7**

O ato administrativo é uma manifestação de vontade da administração pública, sujeita a uma série de requisitos e atributos específicos. Considerando os entendimentos do STJ e do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoexecutoriedade é um atributo presente em todos os atos administrativos, permitindo que a administração execute diretamente qualquer ato, independentemente de autorização judicial.
- (B) O princípio da motivação exige que todos os atos administrativos sejam fundamentados, especificando as razões jurídicas e fáticas que levaram à decisão, de forma a garantir a transparência e o controle judicial.
- (C) A presunção de legitimidade dos atos administrativos significa que esses atos não podem ser questionados judicialmente, pois são considerados válidos e conformes à lei até prova em contrário.
- (D) A discricionariedade permite ao administrador público decidir livremente sobre o conteúdo e o motivo do ato administrativo, sem qualquer limite imposto pela lei.
- (E) A anulabilidade dos atos administrativos só pode ser realizada pelo Judiciário, pois a administração pública não possui competência para revisar seus próprios atos.

**8**

Em relação à Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as interpretações dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/1992 depende da comprovação de dolo ou culpa, sendo o dolo exigido apenas para os atos que importem enriquecimento ilícito.
- (B) Os atos de improbidade administrativa previstos na Lei n. 8.429/1992 somente podem ser imputados aos agentes públicos, não havendo possibilidade de responsabilização de terceiros beneficiados pelo ato ilícito.
- (C) A ação para a aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa prescreve em cinco anos a partir do conhecimento do ato, não havendo possibilidade de interrupção ou suspensão do prazo.
- (D) Segundo a jurisprudência mais recente do STJ, a retroatividade das alterações trazidas pela Lei n. 14.230/2021 é restrita aos atos de improbidade culposos praticados na vigência da norma anterior, sem condenação transitada em julgado.
- (E) O STJ entende que a sanção de perda da função pública tem efeito automático, aplicando-se de forma irrestrita a todos os cargos ocupados pelo agente, independentemente de vínculo com o ato ímprobo.

**9**

Serão habilitados para a votação pelo Conselho Superior da PCMG, os candidatos melhor classificados a partir da análise objetiva da produtividade e da qualidade do trabalho, de acordo com os seguintes parâmetros, exceto:

- (A) cumprimento das metas decorrentes do acordo de resultados e do plano de gestão do desempenho individual.
- (B) regularidade do serviço, compreendido, dentre outros, o cumprimento do regime de trabalho e das ações operacionais sob sua responsabilidade.
- (C) repercussão negativa da performance profissional.
- (D) contribuição ao aperfeiçoamento institucional.
- (E) exercício de atividades próprias do cargo ocupado pelo servidor.

**10**

Sobre a responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do Estado por atos de seus agentes é subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa por parte do agente para que o Estado possa ser responsabilizado.
- (B) De acordo com o entendimento do STF, o Estado responde objetivamente por danos causados por omissão de seus agentes, bastando a comprovação do nexo causal entre a conduta omissiva e o dano sofrido pelo particular.
- (C) Em casos de danos causados a terceiros, o Estado possui o direito de regresso contra o agente público, desde que comprovado dolo ou culpa por parte deste.
- (D) A responsabilidade civil do Estado por atos judiciais praticados por magistrados é sempre objetiva, aplicando-se o mesmo entendimento que para atos administrativos, segundo o STJ.
- (E) Segundo o STF, a responsabilidade do Estado em casos de dano ambiental é exclusivamente subjetiva, sendo necessário comprovar a culpa dos agentes públicos envolvidos no dano.

**Lei Orgânica PCMG****Eduardo Galante****11**

Relativamente à Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do estado de Minas Gerais – PCMG, indique a alternativa correta.

- (A) A Academia de Polícia Civil é um órgão de apoio administrativo da PCMG.
- (B) A PCMG subordina-se diretamente ao governador do estado e integra, para fins operacionais, o Sistema Operacional de Segurança Pública e Defesa Social.
- (C) O Conselho Superior da PCMG é um órgão estratégico da PCMG.
- (D) A licença por motivo de doença em pessoa da família, não renovável no período de seis meses após a sua concessão, será concedida, com vencimentos proporcionais, pelo prazo máximo de sessenta dias, sendo admitida a prorrogação, sem remuneração, por até cento e oitenta dias.
- (E) São símbolos institucionais da PCMG o hino, o brasão, a logomarca, a bandeira e o distintivo.

**12**

Nos termos da Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do estado de Minas Gerais – PCMG, marque a alternativa correta.

- (A) O chefe da PCMG será substituído, automaticamente, em seus afastamentos ou impedimentos eventuais, pelo corregedor-geral da PCMG.
- (B) A Corregedoria-Geral de Polícia Civil é órgão orientador, fiscalizador e correicional das atividades funcionais e de conduta de servidores da PCMG.
- (C) A Superintendência de Polícia Técnico-Científica é um órgão intermediário da administração da PCMG.
- (D) Ao Órgão Especial de Administração Superior da PCMG compete conhecer, fomentar e manifestar-se sobre propostas de programas, projetos e ações da PCMG.
- (E) A investigação criminal se destina à apuração de infrações penais, de atos infracionais e de violações administrativas, para subsidiar a realização da função jurisdicional do Estado, fomentar a apuração de transgressões disciplinares e à adoção de políticas públicas para a proteção de pessoas e bens para a boa qualidade de vida social.



**13**

Em conformidade com a Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do estado de Minas Gerais – PCMG, assinale a alternativa correta.

- (A) A Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças é um órgão da administração intermediária da PCMG e está integrada a Secretaria de Finanças do estado.
- (B) A Chefia da PCMG é um órgão da administração especial da PCMG e participa do Conselho estadual de Segurança Pública.
- (C) O Conselho Superior da PCMG é órgão da administração superior da PCMG, que tem a função de assessorar e auxiliar a Chefia da PCMG, e possui a seguinte estrutura: Órgão Especial; Câmara Disciplinar; Câmara de Planejamento e Orçamento.
- (D) A Superintendência de Informações e Inteligência Policial é um órgão estratégico e de coordenação da PCMG.
- (E) A Delegacia Regional de Investigação e de Polícia Judiciária tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar a execução de investigação criminal, bem como o exercício das funções de polícia judiciária.

**14**

Conforme previsto na Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do estado de Minas Gerais – PCMG, indique a alternativa correta.

- (A) O exercício da investigação criminal tem início com a expedição do ato inicial de apuração da infração penal e se encerra com a conclusão da apuração da infração penal ou ato infracional ou com o esgotamento das possibilidades investigativas.
- (B) A Chefia Adjunta da PCMG é um órgão da administração estratégica da PCMG.
- (C) Ao Corregedor-Geral da PCMG compete promover a motivação do ato de remoção *ex-officio* de policial civil no interesse do serviço, comprovada a necessidade.
- (D) A investigação criminal tem caráter técnico-jurídico-científico e produz, em articulação com o sistema de defesa social, conhecimentos e indicadores socio-políticos, econômicos e culturais que se revelam no fenômeno criminal.
- (E) A Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária é um órgão da administração operacional da PCMG e está integrada à Secretaria de Justiça do Estado.

**15**

No que diz respeito à Lei Complementar n. 129/2013 – MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do estado de Minas Gerais – PCMG, marque a alternativa correta.

- (A) A Superintendência de Polícia Técnico-Científica será dirigida, alternadamente, por Médico-Legista ou Perito Criminal que esteja em atividade e no último nível da carreira, exigidos, no mínimo, quinze anos de efetivo exercício.
- (B) A Corregedoria-Geral de Polícia Civil é um órgão operacional e regulador da estrutura superior da PCMG.
- (C) O procedimento correicional terá a participação de, no mínimo, um representante da respectiva carreira policial, um representante da Secretaria de Segurança Pública e um representante do órgão de controle interno da PCMG.
- (D) Ao Conselho Disciplinar da Corregedoria-Geral da PCMG compete pronunciar-se sobre atribuições e conduta funcional de servidores da PCMG.
- (E) A função de polícia civil consiste, inicialmente, no auxílio ao sistema de justiça criminal para a aplicação da lei penal e processual e em situações específicas, nos registros e fiscalização de natureza regulamentar.



## Direito Constitucional

### Samuel Marques

**16**

O município Gama instituiu, por meio de lei municipal, a cobrança de uma taxa de incêndio destinada a custear serviços de prevenção e combate a incêndios. A justificativa apresentada pelo município foi a necessidade de angariar recursos para garantir a segurança pública local e a integridade de seus moradores. Um contribuinte, ao receber a cobrança, questionou a legalidade da taxa com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com base no entendimento do STF sobre a competência para a instituição de taxas e a prestação de serviços de segurança pública, é correto afirmar que:

- (A) A taxa é legal, pois os municípios têm autonomia para instituir tributos destinados a serviços essenciais para a população local, como a prevenção de incêndios.
- (B) A taxa é inconstitucional, pois a prevenção e combate a incêndios é de competência dos estados federados e Distrito Federal e deve ser custeada por impostos, e não por taxas municipais.
- (C) A cobrança é válida, desde que o município comprove que o recurso arrecadado será destinado exclusivamente ao serviço de combate a incêndios.
- (D) A taxa é constitucional, pois trata-se de um tributo vinculado a um serviço específico, cabendo ao município a responsabilidade pela execução do serviço de combate a incêndios.
- (E) A taxa é legal apenas se aprovada pela Câmara de Vereadores e desde que haja um convênio com o estado para o custeio da segurança pública municipal.

**17**

Durante uma operação policial em uma comunidade, ocorreu um confronto armado entre policiais e suspeitos, resultando em um disparo que atingiu fatalmente um morador local. A perícia realizada foi inconclusiva quanto à origem do disparo, não identificando se o projétil partiu da arma dos policiais ou dos suspeitos. A família do morador ingressou com uma ação indenizatória contra o Estado, alegando responsabilidade civil pelo dano causado. O Estado, por sua vez, argumentou que não haveria como comprovar a autoria do disparo, motivo pelo qual não poderia ser responsabilizado.

Com base no entendimento definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e nos princípios da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) O Estado não pode ser responsabilizado, pois a perícia foi inconclusiva quanto à origem do disparo, o que afasta a possibilidade de atribuir culpa direta aos agentes de segurança.
- (B) A família do morador tem direito à indenização, e cabe ao Estado comprovar a existência de excludentes de responsabilidade, como culpa exclusiva de terceiros, para afastar a responsabilidade civil.
- (C) O Estado só será responsabilizado se houver prova direta de que o disparo foi efetuado por um dos policiais envolvidos na operação.
- (D) A responsabilidade do Estado não se aplica a operações policiais, pois são atividades de segurança pública que envolvem risco natural e imprevisível.
- (E) A responsabilidade civil do Estado pode ser afastada pelo juiz quando a origem do disparo é inconclusiva, já que o nexo causal não foi comprovado pela perícia.

**18**

Em um concurso público para o Corpo de Bombeiros Militar de determinado estado, o edital previa que apenas 30% das vagas seriam destinadas a candidatas mulheres, enquanto os outros 70% seriam reservados exclusivamente para candidatos homens. Uma candidata questionou a legalidade da reserva de vagas, argumentando que a restrição violava os princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e na Constituição Federal, assinale o item correto.

- (A) A reserva de vagas para homens é permitida, diante de uma noção de igualdade material, desde que o percentual destinado a mulheres não seja inferior a 30% do total, respeitando o princípio da proporcionalidade.
- (B) A distribuição diferenciada de vagas entre homens e mulheres em carreiras militares é permitida, mas depende de regulamentação específica que defina os critérios para essa diferenciação.
- (C) A legislação estadual pode estabelecer percentuais diferenciados para a participação de homens e mulheres em carreiras militares, desde que justificados por critérios objetivos de aptidão física.
- (D) A reserva de vagas é inconstitucional, pois a Constituição assegura o direito de mulheres concorrerem em igualdade de condições com homens em concursos públicos, incluindo os destinados às carreiras militares.
- (E) A reserva de vagas para candidatos homens é constitucional, pois a Constituição permite o tratamento diferenciado entre gêneros em carreiras militares.

**19**

Uma lei estadual que trata de um tema polêmico foi questionada por meio de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs). A primeira foi ajuizada no Tribunal de Justiça do estado, com o argumento de que a lei violava princípios da Constituição Estadual que reproduzem princípios da Constituição Federal. A segunda ação foi ajuizada diretamente no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando afronta aos mesmos princípios, mas com fundamento na Constituição Federal.

Com base no entendimento do STF sobre a tramitação simultânea de ADIs em tribunais distintos, é correto afirmar que:

- (A) ambas as ações devem tramitar normalmente e de forma independente, pois o Tribunal de Justiça do estado tem autonomia para interpretar a Constituição Estadual, mesmo que ela reproduza princípios da Constituição Federal.
- (B) a ação direta de inconstitucionalidade em trâmite no STF deve ser suspensa até que o Tribunal de Justiça estadual julgue a ADI com base na Constituição Estadual, devido ao princípio da autonomia estadual.
- (C) a ação direta de inconstitucionalidade em trâmite perante o Tribunal de Justiça do estado deve ser suspensa até o julgamento final da ação ajuizada no STF, para evitar decisões conflitantes sobre a mesma lei.
- (D) a competência para julgar ambas as ações é exclusiva do STF, uma vez que os princípios constitucionais estaduais reproduzem os da Constituição Federal.
- (E) o julgamento pelo Tribunal de Justiça do estado prevalece, pois a lei questionada é estadual, e a competência do STF se limita a leis federais.

**20**

Durante as eleições em determinada capital, o poder público decidiu não disponibilizar transporte público gratuito, e a frequência de ônibus foi reduzida em comparação aos dias úteis, dificultando o acesso dos eleitores aos locais de votação. Diversos cidadãos ingressaram com uma ação judicial, alegando que a medida configura omissão inconstitucional do poder público e prejudica o exercício do direito de voto, principalmente para aqueles que dependem do transporte público para deslocamento.

Com base no entendimento do STF sobre o fornecimento de transporte público gratuito em dias de eleição, é correto afirmar que:

- (A) a ausência de transporte público gratuito nos dias de eleição não configura inconstitucionalidade, pois o direito de voto é garantido pela existência de locais de votação em zonas eleitorais acessíveis.
- (B) o poder público não tem obrigação de oferecer transporte gratuito nos dias de eleição, mas deve assegurar que a frequência de transporte público seja compatível com a de dias úteis.
- (C) a omissão do poder público em ofertar transporte público gratuito e em frequência compatível com dias úteis em zonas urbanas durante o período eleitoral é inconstitucional, pois restringe o direito fundamental ao voto.
- (D) a gratuidade do transporte público nos dias de eleição é uma decisão discricionária do poder público, que pode optar pela cobrança de tarifas e pela redução de horários de transporte, conforme as condições orçamentárias.
- (E) o fornecimento de transporte público gratuito em dias de eleição é obrigatório apenas em zonas rurais, pois nas zonas urbanas a maioria dos eleitores possui meios alternativos para se deslocar aos locais de votação.

**21**

Carlos, trabalhador de uma empresa privada, solicitou licença-paternidade após o nascimento de seu filho. Ele foi informado de que a licença seria de cinco dias, conforme previsto no artigo 10, parágrafo 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). No entanto, Carlos argumenta que, com base em uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), ele poderia pleitear um prazo maior, pois o STF reconheceu a omissão legislativa na regulamentação da licença-paternidade.

Considerando o artigo 10, parágrafo 1º, do ADCT e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos tem direito imediato a uma licença-paternidade superior a cinco dias, pois o STF declarou inconstitucional a omissão do Poder Legislativo e estendeu automaticamente o prazo da licença-paternidade.
- (B) Carlos ainda tem direito a apenas cinco dias de licença-paternidade, conforme prevê o artigo 10, parágrafo 1º, do ADCT, mas o STF fixou o prazo de 18 meses para que o Congresso Nacional edite uma lei regulamentando o tema.
- (C) O STF determinou que, em razão da omissão legislativa, a licença-paternidade deve ser equiparada ao prazo da licença-maternidade, até que o Congresso Nacional regulamente o tema de forma definitiva.
- (D) Carlos pode solicitar diretamente ao STF que amplie sua licença-paternidade para 20 dias.
- (E) O prazo de cinco dias para a licença-paternidade é inconstitucional e deve ser ignorado, uma vez que o STF estabeleceu um novo prazo de 18 meses como mínimo para a licença-paternidade.

**22**

O partido X ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra uma lei estadual que impõe restrições ao exercício de determinadas atividades econômicas. No entanto, antes do julgamento da ADI, uma Medida Provisória foi editada pelo governador do estado, revogando a referida lei. O partido argumenta que a ADI deve ser mantida, pois a revogação foi feita por meio de Medida Provisória que ainda não foi convertida em lei.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a perda de objeto em ADIs, é correto afirmar que:

- (A) A ADI perdeu seu objeto, uma vez que a Medida Provisória revogou a lei impugnada, suspendendo sua eficácia imediatamente.
- (B) A ADI não perdeu seu objeto, pois a Medida Provisória, embora seja ato normativo primário, apenas suspende a eficácia da lei anterior até que seja convertida em lei, momento em que o efeito revogador se consolidará.
- (C) O STF deve aguardar a conversão da Medida Provisória em lei para então decidir sobre a perda de objeto da ADI, já que a suspensão da eficácia não é suficiente para manter o interesse de agir.
- (D) A ADI perdeu seu objeto a partir do efeito revogador da Medida Provisória, mas, se ela não for convertida em lei, o efeito de revogação será cancelado.
- (E) A suspensão da eficácia da lei impugnada pela Medida Provisória impede o STF de apreciar a ADI, uma vez que a norma questionada está inoperante até a conversão.

**23**

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a vedação de recondução dos membros das Mesas das Casas Legislativas, estabelecida pelo art. 57, § 4º, da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A vedação de recondução dos membros das Mesas das Casas Legislativas federais para os mesmos cargos na eleição imediatamente subsequente, prevista no art. 57, § 4º, da CF, é de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.
- (B) A Constituição Federal impõe expressamente a proibição de recondução aos mesmos cargos nas Mesas das Casas Legislativas federais e estaduais, a fim de assegurar uniformidade entre os entes federativos.
- (C) O STF declarou que, por se tratar de regra que visa garantir o princípio da alternância no poder, a vedação de recondução dos membros das Mesas deve ser observada por todos os estados e pelo Distrito Federal, embora não seja norma de reprodução integral obrigatória.
- (D) Os Estados-membros têm autonomia para permitir a recondução dos membros das Mesas das Assembleias Legislativas para os mesmos cargos na eleição imediatamente subsequente, pois o art. 57, § 4º, da CF, não é de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.
- (E) A possibilidade de recondução dos membros das Mesas das Assembleias Legislativas estaduais para os mesmos cargos foi permitida pelo STF, uma vez que o poder constituinte derivado decorrente é considerado como ilimitado.

**24**

Em uma aula de direito constitucional, a professora discutia com os alunos as características do federalismo brasileiro em comparação com o modelo norte-americano. Ela explicou que, segundo o conceito de Dalmo Dallari, o federalismo é uma “aliança ou união de Estados” que, ao ingressarem na federação, perdem sua soberania, mas mantêm autonomia política e administrativa. A professora enfatizou que o federalismo brasileiro se formou por desagregação, em um movimento centrífugo (de dentro para fora), ao contrário do modelo dos Estados Unidos, que se originou por agregação, num movimento centrípeto (de fora para dentro), em que Estados independentes se uniram para formar a federação. Além disso, ressaltou que a Constituição Federal de 1988 veda qualquer deliberação sobre proposta de emenda constitucional tendente a abolir a Federação (art. 60, § 4º, I) e abordou os modos de separação de competências, distinguindo entre federalismo dual, com divisão rígida de competências, e federalismo cooperativo, caracterizado pela cooperação entre os entes federativos.

Após a explicação, a professora propôs um questionamento aos alunos sobre os conceitos discutidos, pedindo que identificassem a afirmativa incorreta.

Com base na discussão em sala de aula, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A formação do federalismo brasileiro se deu por desagregação, em um movimento centrífugo, em que o poder foi descentralizado do governo central para os entes federativos.
- (B) No federalismo dual, cada ente federativo possui autonomia para exercer suas competências sem interferência de outros entes, enquanto no federalismo cooperativo há maior colaboração entre as esferas de governo.
- (C) A Constituição Federal de 1988 permite que os Estados possam deliberar sobre a adoção de outra forma de Estado, caso haja consenso entre os entes federativos e aprovação por emenda constitucional.
- (D) No modelo norte-americano, o federalismo se originou por agregação, em um movimento centrípeto, com a união de Estados independentes para formar uma federação única.
- (E) A Constituição Federal não admite que os estados-membros extingam sua autonomia política, pois é capacidade essencial dos entes federativos e não pode ser suprimida.

**25**

A Constituição Federal estabelece o instituto da reeleição para cargos executivos, permitindo que um mesmo indivíduo exerça dois mandatos consecutivos. Assim, um cidadão que tenha cumprido dois mandatos consecutivos como prefeito em um município enfrenta restrições legais para ocupar o mesmo cargo em eleições subsequentes.

Com base no instituto da reeleição e nos princípios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Após exercer dois mandatos consecutivos como prefeito, um cidadão pode se candidatar ao mesmo cargo em outro município, desde que não haja parentes ocupando cargos na administração local.
- (B) A limitação de dois mandatos consecutivos para cargos executivos impede que o cidadão concorra ao cargo de prefeito em qualquer outro município, preservando a alternância de poder.
- (C) O princípio da continuidade administrativa permite que um cidadão exerça o cargo de prefeito em municípios diferentes, desde que respeite o limite de uma reeleição consecutiva para cada novo município.
- (D) A Constituição Federal admite a candidatura de um cidadão ao cargo de prefeito em outro município após o exercício de dois mandatos consecutivos, desde que o mandato anterior tenha sido cumprido integralmente.
- (E) O instituto da reeleição condiciona a candidatura ao cargo de prefeito ao mesmo município, permitindo que um cidadão exerça mandatos consecutivos em diferentes municípios, desde que não ultrapasse o limite de dois mandatos em cada.

**Direito Civil****Cristiny Rocha****26**

João José é sócio de Carlos Manuel e de mais outros cinco sócios na sociedade KLC Ltda., que possui administração coletiva. Sobre inovações técnicas a serem feitas, os sócios passam a discordar. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- (A) se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes.
- (B) se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, e o ato constitutivo dispor que o sócio majoritário deverá decidir a divergência, a decisão por maioria poderá ser dispensada.
- (C) decai em cinco anos o direito de anular decisões quando a administração da pessoa jurídica for coletiva.
- (D) somente a decisão por dolo, simulação ou fraude autoriza a anulação de decisões tomadas por administração coletiva de pessoa jurídica.
- (E) prescreve em três anos o direito de anular as decisões tomadas por administração coletiva de pessoa jurídica, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

**27**

No tocante aos bens imóveis, conforme a legislação civilista, é correto afirmar que:

- (A) são bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar de forma unicamente natural.
- (B) o direito à sucessão que ainda não foi aberta é reconhecido como bem imóvel.
- (C) os materiais provenientes da demolição de algum prédio readquirem a qualidade de bens móveis.
- (D) são consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, salvo aqueles destinados à alienação.
- (E) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, mas não por vontade das partes.

**28**

Getúlio Pereira tem empresa no ramo de importação e exportação de produtos de limpeza e é chamado por Pedro a responder processo judicial, sendo que o fundamento da ação é intoxicação pelo uso do produto. Nesse caso, conforme disposições do Código de Defesa do Consumidor, se pode afirmar que:

- (A) tomando conhecimento da nocividade do produto, Getúlio poderá proceder a anúncios publicitários para maior comunicação, entretanto deverá comunicar imediatamente às autoridades competentes.
- (B) em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, não possuindo Getúlio responsabilidade pelos impressos que acompanham o produto.
- (C) sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão informá-los a respeito.
- (D) o fornecedor responde, comprovada a existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- (E) o fornecedor de serviços responde, dependentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

**29**

Carlos instala corrimão na casa de Felipa, para fins de dar mais segurança às escadarias. Na data, informa que para que a fixação se complete adequadamente, se deveria aguardar 48 horas para que se pudesse iniciar a apoiar no produto. Tal período seria necessário para que toda a cola utilizada na instalação tivesse tempo de fixação correto. Ocorre que, na mesma noite, realizando confraternização com amigos, várias foram as pessoas que se apoiaram e puxaram o corrimão. Dois meses após, Felipa acaba por cair das escadas porque o corrimão se desprendeu. Nesse caso:

- (A) haverá responsabilidade de Carlos.
- (B) haverá responsabilidade de Carlos porque o serviço foi defeituoso.
- (C) não haverá responsabilidade de Carlos, salvo se comprovado que pudesse ter usado novas técnicas para a prestação do serviço.
- (D) não haverá responsabilidade de Carlos, se demonstrar a culpa exclusiva de Felipa ou mesmo de terceiros.
- (E) a responsabilidade pessoal de profissionais liberais será apurada independentemente da verificação de culpa.

**30**

O Estatuto do Idoso consagra o direito à saúde ao idoso. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Está incluso o atendimento domiciliar, salvo internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover.
- (B) É vedada a discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- (C) o comparecimento da pessoa idosa enferma perante os órgãos públicos pode ser requisitado excepcionalmente, como no caso de interesse do poder público.
- (D) Em todo atendimento de saúde, os maiores de setenta anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.
- (E) À pessoa idosa internada é assegurado o direito a acompanhante, o que não pode ser assegurado àquele que está em observação.



**Direito Penal e Legislação Penal Extravagante****Renato Pulz****31**

“O conhecimento sobre a história do direito penal, mais que importante, hoje nos é essencial para compreendermos a ciência do direito moderno. O conhecimento da evolução histórica faz com que tenhamos a compreensão mínima de sua utilização ao longo dos tempos (...).” O texto *A história do Direito Penal brasileiro*, de Patrick Assunção Santiago, reflete sobre a evolução do direito penal em nosso país e a importância desse conhecimento. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) Quando os portugueses chegaram aqui, foram surpreendidos porque já existia um conjunto de normas rudimentares positivadas na língua indígena.
- (B) Após a descoberta, passaram a vigorar no Brasil as ordenações portuguesas na seguinte ordem: Manuêlinas, Afonsinas e Filipinas.
- (C) As Ordenações Filipinas representaram um marco, pois houve abandono das penas cruéis, desproporcionais e da pena de morte.
- (D) Em 1830 foi sancionado por D. Pedro I o Código Criminal do Império.
- (E) O primeiro Código Penal brasileiro foi pioneiro em afirmar a igualdade de classes sociais.

**32**

Em uma aula do curso de direito, as alunas Regina e Cláudia discutem sobre as funções e características do direito penal. Ao revisarem a doutrina sobre o tema, poderão considerar como correta a seguinte afirmação abaixo:

- (A) é pacífico na doutrina que o direito penal é exclusivamente um instrumento de controle social ou de preservação da paz pública através do papel intimidador e sancionador.
- (B) o direito penal corresponde ao conjunto de posturas públicas que deve ser implementado no enfrentamento da criminalidade.
- (C) Günther Jakobs afirma que a missão do direito penal não trata de proteger bens jurídicos, mas sim garantir a vigência da norma, por meio da asseguuração de expectativas normativas.
- (D) o funcionalismo de Jakobs está relacionado com o direito penal do fato.
- (E) Jesús-Maria Silva Sánchez criou a classificação de velocidades do direito penal, sendo a segunda velocidade o direito penal reparador.

**33**

Ao tratarmos da aplicação da lei penal no espaço, há princípios que são aplicados. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) O princípio da justiça universal refere-se a hipóteses em que a gravidade do crime ou a importância do bem jurídico violado justificam a punição do fato, independentemente do local em que é praticado e da nacionalidade do agente.
- (B) Ao crime praticado no exterior contra a administração pública, por quem está a seu serviço, se aplica o princípio da justiça universal.
- (C) O princípio da representação é aplicado a crimes praticados em aeronaves ou embarcações do governo brasileiro ou a seu serviço quando em território estrangeiro.
- (D) A lei brasileira aplica-se incondicionalmente ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil.
- (E) Se o agente cometer um crime contra a vida ou a liberdade do Presidente da República no exterior, ficará sujeito à lei penal brasileira, exceto se já absolvido ou condenado no estrangeiro.

**34**

João é dirigente de um Detran, uma autarquia, e como sabia da informação privilegiada sobre uma importante empresa que precisaria licenciar em breve um grande número de automóveis, aproveitou um dia de folga e foi visitar o presidente de tal empresa. Entre um cafezinho amistoso e um bate-papo aparentemente despretenso, exigiu uma grande quantia em dinheiro com a promessa de facilitar e agilizar o licenciamento dos veículos, dando a entender que se não aceita a exigência, poderia dificultar o procedimento. O empresário, apesar do medo de ser prejudicado, prontamente recusou e pediu para que João se retirasse. Considerando o contexto do caso narrado, marque a alternativa correta.

- (A) João cometeu o crime de extorsão.
- (B) Não pode ser considerado crime contra a administração pública, pois João estava no seu horário de folga.
- (C) Responderá pelo crime na forma tentada, pois o empresário não cedeu à exigência.
- (D) João cometeu o crime de concussão na forma consumada.
- (E) A conduta se enquadra no crime de concussão majorado, afinal João ocupa função de direção na administração pública indireta.



**35**

Petrônio falsificou uma nota de dois reais com sua nova impressora. A falsificação ficou grosseira, mas resolveu fazer um teste. Foi até um mercadinho e pediu algumas balas ao balconista que, por não enxergar direito e estar sem óculos no momento, atendeu seu pedido sem perceber a nota falsa. Considerando o caso descrito e as disposições legais e jurisprudenciais, marque a alternativa correta.

- (A) Em função do valor irrisório da nota falsificada e da mínima ofensividade da conduta, deverá ser aplicado o princípio da insignificância.
- (B) Considerando o possível enquadramento no crime de moeda falsa, pode-se afirmar que restaria consumado, porque Petrônio conseguiu realizar a compra.
- (C) Petrônio cometeu, em tese, o crime de estelionato.
- (D) É pacífico na jurisprudência e doutrina que se a partir da falsificação o agente obtém vantagem indevida, o falso é absorvido pelo estelionato, quando neste se exaure, em razão do princípio da consunção ou absorção.
- (E) No caso do vendedor, se após verificar a falsidade da nota passar no troco para outras pessoas, cometerá o crime de moeda falsa na sua forma equiparada.

**36**

Sinfronildo foi condenado pelo crime de furto qualificado a uma pena de 6 anos e reclusão, sendo que havia cumprido pena por uma lesão corporal culposa há menos de um ano. Considerando o caso descrito, marque a alternativa correta.

- (A) O agente poderá ser beneficiado com a suspensão condicional do processo.
- (B) Se a condenação foi por furto praticado em caixa eletrônico com uso de explosivos, deverá ser necessário o cumprimento de mais de dois terços para a obtenção do livramento condicional, entre outros requisitos.
- (C) Como é reincidente, Sinfronildo terá que cumprir mais da metade da pena para pleitear o livramento condicional.
- (D) Conforme o dispositivo legal, após recebido o livramento condicional, se o agente cometer e for condenado por crime doloso, o juiz poderá revogar o benefício.
- (E) A condenação irrecorrível por crime ou contravenção a pena que não seja privativa de liberdade, não tem o condão de revogar o livramento condicional.

**37**

Sobre a teoria do crime, é INCORRETO afirmar:

- (A) a tentativa é uma forma de adequação mediata, assim como a omissão imprópria.
- (B) o crime consumado é aquele em que foram realizados todos os elementos constantes de sua definição legal.
- (C) se o agente, após atirar para matar, com arma de fogo, contra seu desafeto, acabar a munição e verificar que só acertou um tiro na perna da vítima, se arrepender e prestar-lhe socorro, será beneficiado pela figura da resipiscência.
- (D) em uma cidade ocorreu um caso inusitado: o ladrão, após arrombar e invadir uma casa e descobrir que era de um delegado de Polícia, resolveu devolver os itens furtados e deixar um bilhete com pedidos de desculpas, logo poderá ser beneficiado com a redução da pena, pois cometeu o crime com violência contra a coisa e não contra a pessoa.
- (E) o arrependimento posterior pode se dar também nos crimes de lesão corporal, quando a vítima é indenizada até o oferecimento da denúncia.

**38**

Sobre os crimes contra a liberdade e a dignidade sexual, marque a alternativa correta.

- (A) O indivíduo que utiliza imagens íntimas como ameaça para obter vantagem indevida comete o crime de importunação sexual.
- (B) O crime chamado de *revenge porn*, quando o agente divulga imagens íntimas da vítima por vingança, configura o crime de registro não autorizado da intimidade sexual, mesmo quando for somente uma montagem.
- (C) O homem auxiliar de enfermagem que se aproveita de pacientes anestesiados, também homens, e com objetivo de satisfazer sua lascívia toca na genitália dos pacientes, comete o crime de violação sexual mediante fraude.
- (D) O agente, maior de idade, que realiza sexo consentido com menina de 16 anos, comete o estupro na forma privilegiada.
- (E) Indivíduo que se masturba em praça pública na frente de muitas pessoas comete o crime de importunação sexual.

**39**

Rafael foi cobrar uma dívida de aluguel e, ao chegar ao local, mostrou a pistola na cintura ao devedor exigindo que realizasse o pagamento naquele momento. Considerando a cena, marque a alternativa correta.

- (A) Não há crime, pois está no exercício regular de direito.
- (B) Comete o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- (C) O crime que cometeu é material quanto à produção de resultado.
- (D) As penas são aplicadas em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de duas pessoas, ou há emprego de armas.
- (E) Rafael deve responder pelo crime de ameaça, qualificado pelo uso de arma de fogo.

**40**

Sobre os crimes de roubo e extorsão, marque a alternativa INCORRETA conforme a jurisprudência dos tribunais superiores.

- (A) Não se aplica o princípio da insignificância aos crimes de roubo ou extorsão, mesmo se o valor da coisa for insignificante.
- (B) Se imediatamente após o roubo o agente em fuga jogar fora a coisa alheia, o crime não se consumará.
- (C) No roubo, assim como no furto, se aplica a teoria da *Ilatio* em relação à consumação.
- (D) No aumento da pena, na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado, é suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.
- (E) No roubo circunstanciado pelo uso de arma de fogo é sempre necessária a perícia.

**41**

Sobre a lei de crimes hediondos, marque a alternativa correta conforme as disposições legais, jurisprudenciais e doutrinárias.

- (A) O critério usado no Brasil para definir quais são os crimes hediondos é o misto, ou seja, legal e judicial.
- (B) Somente serão considerados hediondos os crimes consumados, pelas gravidades das consequências penais e processuais.
- (C) A lesão corporal dolosa de natureza grave cometida contra filho adotivo de policial militar em razão da sua atividade é considerada hedionda.
- (D) A extorsão qualificada pela morte, prevista no CP no art. 158, § 2º, é hedionda.
- (E) O crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição é hediondo.

**42**

Conforme as disposições da Lei n. 12.850/2013 (organização criminosa) e da jurisprudência, marque a alternativa correta sobre a colaboração premiada.

- (A) O recebimento de proposta de colaboração para análise ou o Termo de Confidencialidade causa a suspensão da investigação, para dar segurança ao colaborador.
- (B) A colaboração premiada é um meio de obtenção de prova.
- (C) O oferecimento da proposta pelo órgão ministerial demarca o início das negociações.
- (D) A colaboração premiada é permitida somente na fase judicial.
- (E) Conforme texto da lei, atendidos os requisitos o juiz poderá, de ofício, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal.

**43**

Sobre os crimes do estatuto do desarmamento e da lei dos crimes contra a ordem tributária, marque a alternativa correta.

- (A) Os crimes de lesão corporal culposa no trânsito terão sempre a aplicação da Lei n. 9.099/1995.
- (B) Todos os tipos penais do estatuto do desarmamento constituem norma penal em branco.
- (C) Nos crimes de trânsito, utilizar o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas qualifica o crime.
- (D) A arma de fogo, mesmo que defeituosa, impedindo que dispare, permite configurar o crime de porte ilegal de arma de fogo.
- (E) A tentativa de fuga após o acidente com veículo permite concluir que o agente agiu com dolo.

**44**

Joaquim mora em uma periferia da cidade, zona conhecida por ser dominada pelo tráfico de drogas. Sobre o tema, marque a alternativa correta conforme a legislação e a jurisprudência.

- (A) Se Joaquim realizar o transporte de drogas para as facções, incidirá em um crime imprescritível, inafiançável e insuscetível de graça, anistia e indulto.
- (B) Nos crimes de tráfico não é permitida a liberdade provisória.
- (C) De regra, incorrerá no crime de tráfico de drogas quem vende cocaína a policial disfarçado, não configurando flagrante preparado.
- (D) Joaquim foi preso por estar atuando como ‘mula’ do tráfico, logo não terá o benefício da forma privilegiada.
- (E) Para que Joaquim forme uma associação para o tráfico de drogas será necessário que se junte a pelo menos mais dois comparsas com o fim de praticar, reiteradamente, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 da lei de drogas.

**45**

Sobre os crimes contra o sistema tributário, a ordem econômica e as relações de consumo, marque a alternativa correta.

- (A) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura ou duplicata é um crime funcional.
- (B) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato é infração administrativa.
- (C) Fiscal que exige para si vantagem indevida para deixar de cobrar tributo incorre no crime de concussão.
- (D) Incorre em crime contra a ordem econômica formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando formar um cartel.
- (E) Destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros é um crime contra a ordem econômica.

## Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante

### Douglas Vargas

**46**

Segundo o STJ, a reiteração delitiva:

- (A) por si só, é suficiente para negar a prisão domiciliar a mães de menores de 12 anos, mas não para negar a prisão domiciliar a gestantes.
- (B) por si só, é suficiente para negar a prisão domiciliar à gestante, mas não às mães de menores de 12 anos que dependam de seu cuidado.
- (C) por si só não é motivo suficiente para, de per si, afastar a excepcionalidade da custódia definitiva (prisão-pena) às gestantes ou mães de infantes menores de 12 anos.
- (D) por si só não é motivo suficiente para, de per si, afastar a excepcionalidade da custódia preventiva nos casos de gestantes ou mãe de infantes menores de 12 anos.
- (E) é o principal fator na tomada de decisão de concessão de prisão domiciliar para gestantes e mães de menores.

**47**

Sobre o entendimento do STJ e do STF sobre o tema prisão, é correto afirmar que:

- (A) é ilícita a segregação cautelar decretada de forma superveniente à concessão de liberdade provisória com cautelares diversas da prisão.
- (B) o fato de o réu não ter sido localizado é motivo, por si só, para a decretação da prisão preventiva.
- (C) em caso de prisão em flagrante, é excepcionalmente possível a realização de audiência de custódia por videoconferência.
- (D) o afastamento da prisão domiciliar para mulher gestante ou mãe de filho menor de 12 anos não exige fundamentação casuística.
- (E) é compatível com a Constituição Federal a previsão da prisão especial para pessoas com diploma de nível superior.

**48**

Admitem a prisão temporária, exceto:

- (A) homicídio doloso, roubo, extorsão.
- (B) estupro, epidemia com qualquer resultado, envenenamento de água potável qualificado pela morte.
- (C) genocídio, tráfico de drogas e crimes contra o sistema financeiro.
- (D) crimes de terrorismo.
- (E) tráfico de drogas.

**49**

Nos crimes de estelionato, quando praticados mediante depósito, por emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou por meio da transferência de valores, a competência será definida, regra geral:

- (A) pela prevenção.
- (B) pelo domicílio do réu.
- (C) pela distribuição.
- (D) pelo local do domicílio da vítima.
- (E) pela continência.

**50**

A competência para processar e julgar o crime de violação de direito autoral, quando verificada a transnacionalidade da ação criminosa é:

- (A) do STJ.
- (B) do STF.
- (C) da Justiça Estadual.
- (D) da Justiça Federal.
- (E) da justiça do país em que a conduta também foi perpetrada.

**51**

Assinale o caso em que a competência será determinada pela continência:

- (A) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;
- (B) se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;
- (C) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- (D) quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;
- (E) quando não for conhecido o lugar da infração.

**52**

Diante de solicitação para ocultar o nome do advogado da parte na intimação, é correto afirmar que:

- (A) tal solicitação pode ser atendida pelo magistrado, desde que o processo esteja tramitando em qualquer nível sigilo;
- (B) tal solicitação pode ser atendida pelo magistrado, desde que o processo esteja tramitando em elevado nível de sigilo;
- (C) tal solicitação pode ser atendida independentemente de o processo estar tramitando, ou não, com sigilo.
- (D) mesmo que o processo esteja tramitando em sigilo e que o nível de sigilo seja elevado, não se pode ocultar o nome do advogado da parte na intimação.
- (E) caso o processo não esteja em sigilo, ainda, deve o magistrado decretar o sigilo e atender à solicitação da parte.

**53**

Imagine que determinado réu não foi citado pessoalmente, por estar foragido, mas que durante toda a instrução foi assistido por advogado constituído, inclusive tendo respondido a todos os atos processuais. Nesse caso:

- (A) há nulidade por cerceamento de defesa em razão da ausência de citação
- (B) há nulidade por violação ao devido processo legal em razão da ausência de citação
- (C) há nulidade por falta de contraditório em razão da ausência de citação
- (D) há nulidade por falta de defesa técnica e autodefesa em razão da ausência de citação
- (E) não há nulidade, posto que a finalidade da citação foi integralmente alcançada.

**54**

A falta de cientificação do acusado sobre seu direito de permanecer em silêncio, em fase de inquérito policial:

- (A) não gera qualquer nulidade, em nenhum caso.
- (B) gera nulidade relativa em qualquer caso.
- (C) gera nulidade absoluta em qualquer caso.
- (D) gera nulidade caso a defesa seja capaz de demonstrar de forma inequívoca que não houve cientificação, independentemente do teor das declarações do acusado.
- (E) só gera nulidade se ficar demonstrado o efetivo prejuízo ao investigado.

**55**

Caberá apelação da decisão:

- (A) que não receber a denúncia;
- (B) que concluir pela incompetência de juízo
- (C) que pronunciar o réu
- (D) que julgar quebrada a fiança
- (E) das decisões do Tribunal do Júri quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.

**56**

O princípio da fungibilidade no processo penal, segundo o STJ:

- (A) não pode ser aplicado em nenhum caso.
- (B) pode ser aplicado, ainda que o recurso tenha sido apresentado de forma intempestiva.
- (C) pode ser aplicado, ainda que presente eventual má-fé, privilegiando-se a celeridade processual.
- (D) pode ser aplicado, desde que ausente a má-fé e presente o preenchimento dos demais pressupostos do recurso cabível.
- (E) pode ser aplicado, salvo se o recurso cabível era o RESE (Recurso em Sentido Estrito).

**57**

O prazo para a interposição do agravo regimental em matéria penal, segundo o STJ, é de:

- (A) 5 dias corridos.
- (B) 5 dias úteis.
- (C) 10 dias corridos.
- (D) 10 dias úteis.
- (E) 30 dias corridos.

**58**

Sobre o tema inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) é possível a deflagração de investigação criminal com base em matéria jornalística.
- (B) há nulidade na ação penal instaurada a partir de elementos informativos colhidos em inquérito policial que não deveria ter sido conduzido pela Polícia Federal considerando que a situação não se enquadrava no art. 1º da Lei n. 10.446/2002.
- (C) é inconstitucional a norma de Regimento Interno de Tribunal de Justiça que condiciona a instauração de inquérito à autorização do desembargador-relator nos feitos de competência originária daquele órgão
- (D) não há excesso de prazo para conclusão de IP, quando, a despeito do investigado se encontrar solto, a investigação perdura por longo período, ainda que não haja complexidade que justifique
- (E) o MP não pode realizar investigações de natureza penal.

**59**

Via de regra, o prazo para finalização do inquérito policial, na justiça estadual, com investigado solto, é de:

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 90 dias.

**60**

Sobre o tema inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- (B) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pelo escrivão.
- (C) O Ministério Público poderá, via de regra, requerer a devolução do inquérito à autoridade policial.
- (D) A autoridade policial poderá, excepcionalmente, mandar arquivar autos de inquérito.
- (E) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

**Direitos Humanos****Alice Rocha****61**

Um agente da Polícia Civil, ao investigar um caso de abuso de autoridade, deve garantir o respeito ao fundamento da República Federativa do Brasil que visa reforçar a cidadania. Assinale a alternativa que representa tal fundamento:

- (A) liberdade de associação.
- (B) dignidade da pessoa humana.
- (C) soberania nacional.
- (D) livre concorrência.
- (E) proteção ao consumidor.

**62**

A respeito da proteção conferida às comunidades indígenas e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O procedimento de demarcação das terras indígenas deve ser considerado ato declaratório.
- (B) A posse tradicional indígena confunde-se com a posse civil, pois tutela atributos imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à reprodução física e cultural da comunidade indígena.
- (C) A proteção do direito originário indígena à terra independe do marco temporal da Constituição ou de renitente esbulho.
- (D) As terras de ocupação indígena são de posse permanente da comunidade.
- (E) As terras de ocupação tradicional indígena, na qualidade de terras públicas, são inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis.

**63**

O Brasil acaba de ratificar um tratado em Direitos Humanos que implicará na expansão do rol de crimes imprescritíveis. Considerando esta situação hipotética assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil deve se retratar o mais rapidamente possível no contexto internacional em função do conflito com os preceitos constitucionais.
- (B) Este tratado poderá ser internalizado somente como lei ordinária, ficando abaixo da Constituição Federal.
- (C) O Brasil deverá modificar as normas constitucionais para incluir os novos crimes imprescritíveis.
- (D) O tratado pode ser internalizado em conformidade com as regras internas, sendo a expansão do rol de crimes imprescritíveis considerado um conflito aparente.
- (E) Este tratado poderá ser internalizado com status de diretriz regulatória e não com força de lei.

**64**

Pelo Decreto n. 7.037/2009 foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 que no contexto da atuação dos membros da Polícia Civil servirá para:

- (A) garantir os direitos dos autores de crimes e a proteção de pessoas ameaçadas.
- (B) promover a repressão indiscriminada.
- (C) integrar ações de segurança pública com a promoção dos Direitos Humanos.
- (D) priorizar o combate a crimes políticos.
- (E) combater a violência institucional, com ênfase na redução de atos de tortura.

**65**

Uma das contribuições da Constituição de 1988 na temática democracia, cidadania e Direitos Humanos foi a inserção de instrumentos de participação popular em questões de segurança pública. Dentre esses instrumentos podemos considerar:

- (A) a criação de conselhos comunitários de segurança.
- (B) a limitação à participação nas eleições.
- (C) o reforço de audiências públicas judiciais.
- (D) a delegação de poder exclusivamente a autoridades policiais.
- (E) o incentivo à participação direta em operações policiais.

**66**

Os Estados Alfa e Beta são membros da Organização dos Estados Americanos e partes da Convenção Americana de Direitos Humanos. Em 2020, o Estado Alfa decide denunciar o Estado Beta, por violação de um dos direitos da referida Convenção. A partir dos preceitos estabelecidos pela Convenção Americana:

- (A) a denúncia deverá ser protocolada perante o Comitê Interamericano para denúncias interestatais.
- (B) a denúncia deverá ser protocolada perante a Corte Internacional de Justiça.
- (C) a denúncia só poderá ser protocolada perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (D) a denúncia poderá ser protocolada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (E) a denúncia deverá ser protocolada perante o Conselho de Segurança da ONU.

**67**

Caso prático: durante uma manifestação pacífica, a polícia civil é chamada para garantir a segurança dos manifestantes e do público em geral. No entanto, um grupo começa a incitar a violência. A polícia civil, para assegurar o equilíbrio entre segurança pública e direitos constitucionais de reunião e expressão, deve:

- (A) reprimir imediatamente a manifestação, dispersando todos os presentes.
- (B) identificar e isolar o grupo que incita a violência, permitindo a continuidade da manifestação pacífica.
- (C) ignorar o grupo violento e manter o foco no controle da multidão.
- (D) dispersar toda a manifestação com uso de força letal.
- (E) solicitar reforço militar para controle da situação, sem distinção de grupos.

**68**

Durante investigações, a polícia civil se depara com documentos que indicam a prática de trabalho escravo em uma fazenda. A ação policial deve priorizar:

- (A) a omissão ao caso, pois se trata de uma questão trabalhista.
- (B) a prisão dos proprietários sem investigação.
- (C) o resgate das vítimas e garantia de sua proteção, além de iniciar investigação dos responsáveis.
- (D) aguardar ordem judicial para tomar qualquer ação.
- (E) denunciar a situação diretamente à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

**69**

Durante um procedimento policial, é necessário entrar na residência de um suspeito. O procedimento correto respeitando os direitos constitucionais é:

- (A) entrar na residência a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.
- (B) aguardar um mandado judicial, exceto em caso de flagrante delito ou desastre.
- (C) entrar na residência apenas com autorização verbal do superior.
- (D) forçar a entrada se o suspeito não atender à porta.
- (E) entrar na residência apenas com o consentimento do suspeito, independentemente da situação.

**70**

Durante uma abordagem, um policial civil descobre que um suspeito é estrangeiro sem documentação. Nessa situação, o policial deve:

- (A) Prender o suspeito por imigração ilegal.
- (B) Ignorar a falta de documentação e liberar o suspeito.
- (C) Encaminhar o suspeito ao setor de imigração para regularização e garantir seus direitos.
- (D) Devolver o suspeito ao seu país de origem sem processo.
- (E) Recolher o suspeito a uma instituição prisional até que possa ser deportado.

## Medicina Legal

### Francisco Helmer

**71**

O corpo de um homem foi encontrado pendurado em uma árvore com uma corda em volta do pescoço. O laço estava posicionado lateralmente e o corpo não estava completamente suspenso, pois os pés tocavam o chão. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) A localização lateral do nó indica que o enforcamento foi homicida, já que em suicídios o nó está sempre na parte posterior.
- (B) Enforcamento atípico pode ocorrer mesmo em situações em que o corpo não está totalmente suspenso.
- (C) A ausência de suspensão completa do corpo indica que não houve constrição suficiente para causar morte por asfixia.
- (D) O sulco cervical do enforcamento atípico é sempre horizontal.
- (E) A localização do nó não afeta a distribuição da força no pescoço, pois a constrição é sempre uniforme.

**72**

Dentre os sinais abaixo, assinale aquele que é considerado típico de morte por afogamento:

- (A) mancha verde abdominal.
- (B) hipóstases róseas.
- (C) manchas de Paltauf.
- (D) cianose cervicofacial de Le Dentut.
- (E) manchas de Tardieu.



**73**

Um cadáver foi encontrado em um local fechado com sinais evidentes de decomposição, incluindo formação de bolhas gasosas subcutâneas e coloração esverdeada abdominal. Com base nesses sinais, o intervalo *post mortem* pode ser estimado em:

- (A) menos de 12 horas.
- (B) entre 24 e 48 horas.
- (C) entre 3 e 5 dias.
- (D) mais de 7 dias.
- (E) mais de um mês.

**74**

Acerca do estudo das toxicomanias, assinale a alternativa que representa um sinal típico de intoxicação aguda por opioides:

- (A) midríase e sudorese excessiva.
- (B) taquipneia e hipertermia.
- (C) bradipneia e miose intensa.
- (D) hipertensão arterial e agitação psicomotora.
- (E) congestão conjuntival, mucosas secas e taquicardia.

**75**

As "lesões de defesa" são comumente encontradas em vítimas de ataques com armas brancas. Sobre as lesões de defesa, assinale a alternativa Errada.

- (A) São causadas pelo instinto de proteção da vítima ao tentar se defender de um ataque.
- (B) Podem ser observadas em locais como antebraços, mãos e, ocasionalmente, pernas e pés.
- (C) Indicam que a vítima estava ciente do ataque e tentou se proteger, o que pode diferenciar homicídio de suicídio.
- (D) A presença de lesões de defesa sempre exclui a possibilidade de suicídio com arma branca.
- (E) A ausência de lesões de defesa não descarta agressão, pois a vítima pode estar incapacitada.

## Criminologia

**Ronaldo Paiva****76**

Ao longo da construção da ciência criminológica foram observados fenômenos sociais que construíram o que é chamado hoje de ciclo criminológico, ou, aos mais clássicos, a ciência do ser criminológico. Desta forma, marque a alternativa que apresenta os objetos de estudo da criminologia de forma cronológica, baseado nas escolas que amoldaram a própria criminologia.

- (A) Vítima, criminoso, crime e controles sociais.
- (B) Comportamento, perfilhamento, parafilias e conduta.
- (C) Conduta nociva à sociedade e ao Estado, o condutor do comportamento delitivo, a eficiência ou ineficiência dos controles sociais e o indivíduo que sobre as consequências do delito.
- (D) A pena, o apenado, suas preferências delitivas e suas vítimas
- (E) Era de ouro da Vítima, Neutralização da Vítima e Individualização da Vítima.

**77**

Cesare Lombroso, médico psiquiatra, foi o principal fundador da Escola Positiva, ao lado de Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, responsáveis por inaugurar a etapa científica da criminologia no final do século XX. Essa Escola surge como uma crítica à Escola Clássica, oportunizando uma mudança radical na análise do delito. Em seus estudos, Lombroso classificava os delinquentes de um ponto de vista tipológico. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta os tipos de delinquentes da visão tipológica de Césare Lombroso.

- (A) o "nato" (atávico), o louco moral (doente), o epilético, o louco, o ocasional e o passional.
- (B) delinquente nato, delinquente habitual, delinquente social, delinquente desviado.
- (C) criminoso atávico, moralmente doente, o criminoso habitual e o criminoso passional.
- (D) delinquente habitual, nato, moralmente doente, epitético e ocasional
- (E) o "nato" (atávico), o louco moral (doente), o epilético, o louco, o ocasional e o habitual.

**78**

A Escola Clássica foi desenvolvida no século XVIII, influenciada pelo Iluminismo, e contrapõe-se ao absolutismo. Defende que a pena deve ser imposta a quem comete um crime voluntariamente e conscientemente. Alguns dos seus princípios são, exceto:

- (A) A punição do criminoso é baseada no seu livre-arbítrio.
- (B) O crime é considerado um ente jurídico, e não uma ação.
- (C) Cesare Beccaria, Feuerbach, Francesco Carrara são alguns dos seus expoentes.
- (D) O Estado assume a capacidade de punir, retirando da vítima o direito de vingança.
- (E) Recebeu considerável colaboração acadêmica do americano Albert Cohen.

**79**

No despertar do Século XX, nasceu um movimento criminológico que buscou compreender as causas do crime baseando-se em observações comportamentais com influências preponderantemente externas e sociais. Nasce, então, a sociologia criminal. Dentre os diferentes modelos teóricos amoldados na sociologia criminal, marque a alternativa que não corresponde à definição da teoria com o respectivo autor.

- (A) Edwin Sutherland – Desenvolveu a ideia dos crimes do Colarinho Branco.
- (B) Ernest Burgess – Desenvolveu a observação da cidade de Chicago por meio da Teoria das Zonas Concêntricas.
- (C) Albert Cohen – Desenvolveu a Teoria do Aprendizado.
- (D) Robert K. Merton – Desenvolveu a Anomia Criminal.
- (E) Howard Becker – Desenvolveu o Interacionismo Simbólico – “Outsiders”.

**80**

A origem da vitimologia é atribuída ao advogado israelense Benjamin Mendelsohn, que em 1947 abordou o tema em sua obra Um novo horizonte na ciência biopsiossocial – a vitimologia. Com base nos estudos de Mendelsohn, marque a alternativa que possua características da classificação da vítima conforme o autor.

- (A) Vítima completamente inocente ou vítima ideal: É aquela cuja responsabilidade pelo evento deve ser atribuída unicamente à vítima. Ex: A doutrina cita vários exemplos, dentre eles o indivíduo embriagado que atravessa avenida movimentada, vindo a falecer atropelado.
- (B) Vítima menos culpada do que o delinquente ou vítima por ignorância: Aquela que contribui de alguma forma para o resultado danoso. Exemplo: Vítima que frequenta locais reconhecidamente perigosos, ou expõe objetos de valor em cidades grandes e criminógenas, sem a cautela recomendada.
- (C) Vítima tão culpada quanto o delinquente: Pode ser definida como aquela que provoca o autor do crime com o seu comportamento, e dessa maneira contribui de maneira relevante para a prática delituosa. Ex: o homicídio privilegiado, que é aquele em que o agente, sob domínio de violenta emoção, reage logo em seguida a injusta provocação da vítima
- (D) Vítima mais culpada que o delinquente ou vítima provocadora: Nessa, a participação ativa da vítima é imprescindível para a caracterização do crime. Exemplo: estelionato com torpeza bilateral, no qual o estelionatário só consegue enganar a vítima, porque esta também age de má fé.
- (E) Vítima como única culpada. Aquela que não tem nenhuma participação no evento criminoso. Aqui, o delinquente é o único culpado pelo evento. Ex: Crime de roubo.



**6º Simulado**  
**Polícia Civil do estado de Minas Gerais**  
**Delegado de Polícia Substituto (Pós-Edital)**

**GABARITO**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	D	C	D	D	A	B	D	E	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	B	C	D	A	B	B	D	C	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	D	C	B	B	C	C	D	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	E	A	D	C	B	E	B	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	B	B	C	D	D	C	B	D	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	D	E	E	E	D	A	A	C	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
B	B	D	C	A	D	B	C	B	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	C	C	C	D	C	A	E	C	B

# REDAÇÃO

# SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.  
É o texto que vai fazer você  
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

## ASSINATURA ILIMITADA 9.0



### ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



### SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



### JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



### ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



### GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

**Contato para vendas:**

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na  
prova discursiva

**PC MG – Polícia Civil do estado de Minas Gerais  
– 6º Simulado – Delegado de Polícia Substituto  
(Pós-Edital) – 2411259007M**

**Direito Administrativo**

**Rafael de Oliveira**

**1**

O direito administrativo pode ser definido como um ramo do direito que tem como natureza jurídica predominante o direito público. A alternativa que melhor define essa natureza e conceito é:

- (A) o direito administrativo é um conjunto de normas de direito privado aplicável exclusivamente às relações entre o Estado e os particulares, regulando as obrigações e contratos civis.
- (B) é o ramo do direito público que regula a organização e o funcionamento da administração pública, bem como as relações entre o Estado e os cidadãos, buscando sempre o interesse público.
- (C) o direito administrativo é uma área mista que une características do direito público e privado, pois tanto rege as atividades do Estado quanto as relações civis comuns entre particulares.
- (D) trata-se de um ramo exclusivamente judicial do direito, pois regula os limites de atuação do Poder Judiciário e das ações judiciais propostas contra a administração pública.
- (E) o direito administrativo é o conjunto de normas e princípios aplicáveis a todas as atividades econômicas no país, sejam elas de interesse público ou privado.

**Letra b.**

**Assunto abordado:** Natureza jurídica e conceito.

- (A) Errada. O direito administrativo é predominantemente de direito público e se ocupa da regulação da atuação do Estado, e não das relações civis típicas de direito privado.
- (B) Certa. O direito administrativo é uma área do direito público que regula as atividades da administração, assegurando que o Estado atue em conformidade com o interesse público.
- (C) Errada. Embora haja algumas interseções, o direito administrativo é, em essência, um ramo do direito público, voltado para a regulação das atividades estatais e do interesse coletivo.
- (D) Errada. O direito administrativo não é exclusivo do Judiciário, pois seu foco é a regulamentação da administração pública, e não apenas das questões judiciais.
- (E) Errada. O direito administrativo regula as atividades do Estado e da administração pública, enquanto o direi-

to econômico é o ramo específico que trata das atividades econômicas.

**2**

A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios aplicáveis à administração pública brasileira, conhecidos como princípios constitucionais do direito administrativo. Considerando esses princípios e as interpretações jurisprudenciais do STF e do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade estabelece que a administração pública só pode atuar quando autorizada pela lei, excetuando os casos em que a conveniência administrativa justifique a atuação fora dos parâmetros legais.
- (B) Segundo o princípio da moralidade, reconhecido pelo STF, a administração pública deve seguir apenas as regras jurídicas, desconsiderando critérios éticos que não estejam expressamente previstos na legislação.
- (C) O princípio da publicidade, como interpretado pelo STJ, obriga que todos os atos administrativos sejam amplamente divulgados, inclusive aqueles que contenham informações sigilosas de interesse público.
- (D) O princípio da eficiência, incorporado expressamente pela Constituição Federal com a Emenda Constitucional n. 19/1998, determina que a administração pública busque a melhor relação entre custo e benefício em suas atividades, buscando resultados com rapidez e economia, conforme a jurisprudência do STF.
- (E) O princípio da impessoalidade é interpretado pela jurisprudência como um princípio que permite a promoção de agentes públicos, desde que essa promoção beneficie o interesse coletivo e o agente possua mérito próprio.

**Letra d.**

**Assunto abordado:** Princípios da administração pública.

- O princípio da eficiência, incorporado expressamente pela Constituição Federal com a Emenda Constitucional n. 19/1998, determina que a administração pública busque a melhor relação entre custo e benefício em suas atividades, buscando resultados com rapidez e economia, conforme a jurisprudência do STF.
- (A) Errada. O princípio da legalidade exige que a administração pública atue apenas de acordo com a lei, sem exceções. A atuação administrativa fora da lei é considerada ilegal, mesmo por conveniência ou oportunidade.
  - (B) Errada. O STF entende que o princípio da moralidade exige que a administração observe critérios éticos, mesmo que não estejam explicitamente previstos em lei, reforçando a importância de agir com probidade e transparência.



(C) Errada. O princípio da publicidade exige transparência dos atos administrativos, mas há exceções para informações sigilosas, cuja divulgação poderia comprometer a segurança ou outros interesses protegidos pela lei.

(E) Errada. O princípio da impessoalidade exige que a administração aja de maneira neutra, sem favorecimentos pessoais, e que suas ações busquem o interesse público, sem promoção individual de seus agentes.

### 3

O regime jurídico administrativo estabelece diretrizes específicas para a atuação da administração pública, diferenciando-se das normas aplicáveis às relações entre particulares. Considerando a doutrina e a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime jurídico administrativo baseia-se exclusivamente em princípios do direito privado, aplicando-se de forma idêntica à administração pública e aos particulares.
- (B) O princípio da supremacia do interesse público é fundamental no regime jurídico administrativo e, segundo o STJ, permite que a administração pública atue de forma unilateral em qualquer situação, independentemente das limitações legais.
- (C) O regime jurídico administrativo é caracterizado pela prevalência de regras de direito público, como o princípio da legalidade, que impõe à administração pública o dever de agir somente com base em autorização legal, conforme entendimento do STF.
- (D) O princípio da autotutela permite que a administração pública anule ou revogue qualquer ato administrativo, independentemente de sua legalidade, conforme entendimento consolidado do STJ.
- (E) O regime jurídico-administrativo confere à administração pública a prerrogativa de agir fora dos limites de transparência e publicidade, desde que o objetivo seja o interesse público, segundo a jurisprudência do STF.

#### Letra c.

**Assunto abordado:** Regime jurídico administrativo.

O regime jurídico administrativo é caracterizado pela prevalência de regras de direito público, como o princípio da legalidade, que impõe à administração pública o dever de agir somente com base em autorização legal, conforme entendimento do STF.

(A) Errada. O regime jurídico administrativo é baseado em princípios de direito público, específicos para as atividades da administração, como a supremacia do interesse público e a indisponibilidade do interesse público, e não se aplica de forma idêntica aos particulares.

(B) Errada. Embora a supremacia do interesse público seja um princípio fundamental, a atuação da administração deve observar os limites legais e constitucionais.

O STJ entende que o poder público não pode atuar de forma ilimitada.

(C) Certa. O STF reforça que o princípio da legalidade é essencial no regime jurídico administrativo, pois a administração só pode atuar quando amparada por lei, diferenciando-se do particular, que pode fazer tudo o que a lei não proíbe.

(D) Errada. O princípio da autotutela permite que a administração anule atos ilegais ou revogue atos válidos, mas somente por conveniência e oportunidade. O STJ ressalta que a anulação é restrita aos atos ilegais.

(E) Errada. O STF entende que a transparência e a publicidade são essenciais para a atuação administrativa, exceto nos casos legalmente previstos como sigilosos, não podendo a administração atuar fora desses princípios.

### 4

A Lei estadual n. 5.406/1969, conhecida como Lei Orgânica da Polícia Civil do estado de Minas Gerais, estabelece normas fundamentais para o funcionamento da Polícia Civil e regula o regime disciplinar dos policiais civis. Com base nas disposições dessa lei, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Lei estadual n. 5.406/1969 determina que os policiais civis devem agir com lealdade e respeito às autoridades e à população, como parte de seus deveres funcionais.
- (B) Entre as penalidades previstas para os policiais civis que cometerem infrações disciplinares, a Lei n. 5.406/1969 inclui advertência, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) De acordo com a Lei n. 5.406/1969, o processo administrativo disciplinar deve garantir ao policial civil o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme as garantias constitucionais.
- (D) A Lei n. 5.406/1969 permite que, em casos de infrações leves, a penalidade seja aplicada de forma direta, sem necessidade de processo administrativo.
- (E) A lei prevê que o policial civil pode ser suspenso preventivamente, por um período determinado, durante o processo administrativo disciplinar, desde que justificada a medida para o andamento regular do processo.

#### Letra d.

**Assunto abordado:** Lei n. 5.406/1969.

(A) Certa. A lei exige que os policiais civis sigam princípios éticos, como lealdade e respeito, reforçando o compromisso com a ética e o bom atendimento à sociedade.

(B) Certa. A lei dispõe de um conjunto de sanções disciplinares, entre as quais a demissão e a cassação de aposentadoria são as mais graves, aplicáveis em situações específicas de falta disciplinar grave.

(C) Certa. A garantia ao contraditório e à ampla defesa é um princípio constitucional incorporado ao regime disciplinar da Polícia Civil, assegurando um processo justo.

(D) Errada. Mesmo para infrações leves, é exigido o devido processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

(E) Certa. A suspensão preventiva é prevista para casos em que a presença do policial pode interferir na investigação, sendo aplicada por um período específico e mediante justificativa.

## 5

A PCMG rege-se-á pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e deve ainda observar, na sua atuação, exceto:

(A) a promoção dos direitos humanos.

(B) a participação e interação comunitária.

(C) a mediação de conflitos.

(D) o uso contínuo da força.

(E) o atendimento ao público com presteza, probidade, urbanidade, atenção, interesse, respeito, discricionariedade, moderação e objetividade.

### Letra d.

**Assunto abordado:** LC n. 129/2013.

Art. 3º A PCMG rege-se-á pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e deve ainda observar, na sua atuação:

I – a promoção dos direitos humanos;

II – a participação e interação comunitária;

III – a mediação de conflitos;

IV – o uso proporcional da força;

V – o atendimento ao público com presteza, probidade, urbanidade, atenção, interesse, respeito, discricionariedade, moderação e objetividade;

VI – a hierarquia e a disciplina;

VII – a transparência e a sujeição a mecanismos de controle interno e externo, na forma da lei;

VIII – a integração com órgãos de segurança pública do Sistema de Defesa Social.

## 6

O poder de polícia administrativa é exercido pela administração pública para regular e restringir atividades em prol do interesse coletivo. Com base nos entendimentos do STJ e do STF, analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa correta.

I – O poder de polícia administrativa permite que a administração pública limite o exercício de atividades privadas, visando proteger o interesse público, e isso pode ocorrer de forma preventiva ou repressiva.

II – É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

III – Segundo a jurisprudência do STJ, o poder de polícia administrativa possui o atributo da autoexecutoriedade, que permite à administração executar diretamente medidas de polícia sem necessidade de autorização judicial.

IV – O princípio da proporcionalidade poderá ser relativizado no exercício do poder de polícia, o que implica que a medida restritiva deve ser adequada, necessária e proporcional ao fim público desejado, conforme o entendimento do STF.

V – De acordo com o STJ, a cobrança de taxas pelo exercício do poder de polícia independe da efetiva fiscalização e do serviço prestado, e não apenas da previsão normativa da taxa.

(A) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.

(B) Apenas a afirmação I está correta.

(C) Todas estão corretas.

(D) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

(E) Nenhuma está correta.

### Letra a.

**Assunto abordado:** Poder de polícia.

Todas estão de acordo com o entendimento dos tribunais superiores sobre o poder de polícia. O poder de polícia inclui tanto medidas preventivas quanto repressivas, aplicando restrições para salvaguardar o interesse coletivo. O STJ reconhece que o poder de polícia possui autoexecutoriedade, permitindo à administração pública adotar certas medidas sem intervenção judicial, como na remoção de construções irregulares.

Relator(a):

MIN. LUIZ FUX

Leading Case:

RE 633782

Descrição:



Recurso extraordinário com agravo em que se discute, à luz dos artigos 23, XII; 30; 39, *caput*, 41; 173; e 247, da Constituição Federal, a possibilidade, ou não, de delegação do exercício do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta para aplicação de multa de trânsito.

Tese:

É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

7

O ato administrativo é uma manifestação de vontade da administração pública, sujeita a uma série de requisitos e atributos específicos. Considerando os entendimentos do STJ e do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoexecutoriedade é um atributo presente em todos os atos administrativos, permitindo que a administração execute diretamente qualquer ato, independentemente de autorização judicial.
- (B) O princípio da motivação exige que todos os atos administrativos sejam fundamentados, especificando as razões jurídicas e fáticas que levaram à decisão, de forma a garantir a transparência e o controle judicial.
- (C) A presunção de legitimidade dos atos administrativos significa que esses atos não podem ser questionados judicialmente, pois são considerados válidos e conformes à lei até prova em contrário.
- (D) A discricionariedade permite ao administrador público decidir livremente sobre o conteúdo e o motivo do ato administrativo, sem qualquer limite imposto pela lei.
- (E) A anulabilidade dos atos administrativos só pode ser realizada pelo Judiciário, pois a administração pública não possui competência para revisar seus próprios atos.

Letra b.

# ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



#### FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



#### TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



#### VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



#### TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



#### NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



#### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora